



Libertarian Anarchy: Against the State

Gerard Casey

London: Continuum, 2012. (208 páginas)

ISBN: 978-1-4411-4961-9

Imagine que não existisse o Estado. Não haveria escolas, enfermarias ou estradas. Certo? Muitos libertários e liberais clássicos dizem que não. Tudo bem. Mas pelo menos alguma coisa deixaria de existir. Por exemplo, lei, justiça e ordem. Vários liberais clássicos e libertários creem que sim. O filósofo Gerard Casey argumenta que não. O livro *Libertarian Anarchy* [Anarquia Libertária] é seu manifesto a favor de um mundo libertário, sem o Estado. Como tecnologia de governança, o Estado é relativamente recente na história da humanidade. Antes dele, já existiam escolas, enfermarias ou estradas – e, com certeza, lei, justiça e ordem.

O Estado, classicamente definido como uma agência que monopoliza o uso da violência num dado território com reivindicação à legitimidade, é o principal alvo do raciocínio crítico aguçado do autor. Casey explica que o Estado, via-de-regra, se mantém através da obtenção forçada de recursos materiais. Isso não é verdade somente para o caso de um Estado imperialista, que se expande à custa de vizinhos, mas também para a política doméstica: no que tange aos seus meios de sobrevivência, todo Estado é análogo a um assaltante, extraindo o dinheiro dos impostos através da ameaça do uso da força (p. 11). A diferença, claro, é que a maior parte da população vê essas atividades do Estado como justificadas. O leitor versado na tradição da liberdade perceberá que Casey reproduz, assim, o argumento de Murray Rothbard (1926-1995) em *Anatomy of the State* [Anatomia do Estado], de 1974, e

de Franz Oppenheimer (1864-1943) em seu clássico *Der Staat* [O Estado] de 1908. Ambos postulam uma diferença entre os meios violentos usados por meliantes e governantes e os meios voluntários usados por aqueles que respeitam o direito à vida, propriedade e liberdade. Nesse raciocínio, o que distingue o Estado de uma gangue de criminosos é a reivindicação de legitimidade e o fato de que a parte dominada consente nessa relação (p. 15-23). Apesar de constante diálogo com esses clássicos da liberdade, *Libertarian Anarchy* não apresenta uma mera cópia dos argumentos principais, e sim uma explicação clara e bem ilustrada.

Para Casey, é uma questão de ética: o Estado não deve ser julgado em termos de ser uma tecnologia ou política que funciona ou não, e sim em termos do que é moralmente correto. O ponto de partida defendido pelo autor é o princípio da não agressão, que proíbe a iniciação ou ameaça do uso da força contra outra pessoa ou sua propriedade (p. 38-9). Se o Estado e seus agentes desejam obter permissão para roubar (tributar), matar (guerrear) e sequestrar (aprisionar), devem primeiramente demonstrar por que são diferentes de outros seres humanos que não têm esses direitos. “Com óbvias exceções, o que é permitido a uma pessoa é permitido aos demais, e o que não é permitido a uma pessoa não é permitido aos demais”, diz Casey (p. 24). “Ora, já que o governo de um Estado é simplesmente um grupo de pessoas, embora um grupo agindo sob uma certa classificação, é errado, para aqueles que constituem

o governo de um Estado, fazer aquilo que não é eticamente permissível aos demais". Por corolário, o Estado é imoral.

Casey, contudo, não quer dissociar a discussão de um argumento moral e social mais amplo. Sobre o lado normativo, repare que *"o libertarianismo não é, e jamais teve o propósito de ser, uma teoria moral completa"* (p. 42). A defesa da liberdade individual de ação sem infringir o Princípio da Não Agressão (PNA) é feita em termos do mínimo necessário à convivência, mantendo a distinção entre legalidade e moralidade (p. 58). Uma vida virtuosa demanda que o princípio da não agressão seja complementado por considerações morais adicionais. Nesse caso, todavia, falamos como libertários que também *"vestem algum outro chapéu"* (p. 43). Do lado social, ao contrário do que afirmam certas caricaturas da posição libertária, o individualismo implícito nessa formulação passa longe de negar a realidade e a necessidade da comunidade. Porém, é preciso evitar certas distorções. "Sociedade" não é a mesma coisa que "Estado" e a confusão dos dois tende a atrofiar o aspecto social, com o Estado ocupando cada vez mais o espaço intermediário entre si e as pessoas (p. 34-5). Ou seja, o Estado é via de regra antissocial, muitas vezes paradoxalmente por que tenta ser "social" demais.

Ao definir conceitos-chave, Casey pretende ser cuidadoso. Veja-se, por exemplo, sua curiosa definição de "anarquia". Curiosa porque, ao passo que as principais formulações identificadas com esse nome rejeitariam qualquer forma de hierarquia, a anarquia libertária se restringe simplesmente à ausência de dominação não voluntária de uma pessoa ou grupo por outro (p. 61). A conceitualização "trilateral" de propriedade também irá interessar ao leitor, caso procure por uma ênfase mais jurídica. Abordada dessa forma, a propriedade é *"o objeto possuído mais a malha de relações sociais que estabelecem a ligação normativa ou jural entre pessoas e o objeto"* (p. 67), com a consideração adicional de que os demais envolvidos nessa malha de relações devem reconhecer

também a reivindicação à propriedade do objeto em questão (p. 71).

Esses dois exemplos bastam para levantar algumas perguntas. Primeiro, em relação ao conceito defendido de anarquia: seria possível afirmar que anarquia libertária não implica a ausência absoluta de um governo civil (e, quem sabe, não estatal), desde que ele seja voluntariamente aceito pelas partes governadas? Nesse caso, não teríamos, então, uma posição intermediária entre anarquia absoluta e "minarquia"? Sobre a definição de propriedade apresentada: caso haja uma ênfase exacerbada no reconhecimento de terceiros ao direito à posse, não corremos o risco de reduzir esse direito crucial à mera ditadura da maioria? Essas questões não refutam o argumento do autor, apenas sugerem ao leitor alguns pontos críticos para pesquisa posterior.

Após lidar com algumas críticas gerais à anarquia libertária (p. 72-82), Casey desenvolve com brilhantismo um estudo filosófico e historicamente ilustrado da lei sem Estado. Esse é um ponto central do debate sobre os limites do Estado, visto que todas as variadas posições que defendem essa instituição concordam pelo menos com a necessidade de provisão estatal de justiça pública. Por isso, um argumento convincente nesse nível abre espaço para que se leve a anarquia libertária a sério. Até onde pude discernir, a estrutura do argumento é a seguinte: 1º) normas regulativas fundamentais são inerentes à vida social; 2º) a sociedade precede histórica e logicamente o Estado; 3º) portanto, normas antecedem o Estado. O ponto parece óbvio, mas vale lembrar que nossa Constituição de 1988 e alguns juristas influentes no meio brasileiro tentaram sugerir o contrário.

O início absoluto da lei sem Estado é relatado numa reconstrução especulativa, a partir de uma análise das condições mínimas para a emergência de um arranjo normativo. O argumento explica o surgimento da lei sem Estado em termos de "ordem espontânea", seguindo a obra de F. A. Hayek (1899-1992), e o exemplo-chave é o direito consuetudinário,

tratado como concretização do direito natural (p. 93-102). Indo além da análise lógica, Casey menciona uma série de casos históricos (Somália, Irlanda antiga, os esquimós) e contemporâneos, sendo estes os mais interessantes. A chamada “lei policêntrica” é um exemplo atual de anarquia. A ilustração é complementada por uma brevíssima alusão à política internacional (sem governo mundial) como outro caso de anarquia que funciona (p. 105-16). O restante do livro se encarrega de refutar, novamente com uma ênfase no aspecto jurídico e institucional, outras opiniões a favor do Es-

tado. O final discute mais uma vez a base de consentimento popular que sustenta o Estado e como quebrar a noção de que a instituição é legítima (p. 117-45). Como introdução à necessidade de governo limitado, mesmo que a isso se dê o nome de “anarquia”, o livro é recomendado especialmente aos jovens ainda em formação universitária. Anarquista ou não, ele certamente deve ser lido não na esperança de se encontrar ali uma demonstração cabal e inquestionável, e sim na composição de um arsenal mais diversificado no combate ao estatismo que perdura. ∞

Lucas Grassi Freire

Pesquisador Associado ao Kirby Laing Institute for Christian Ethics
Editor Geral do site Política Reformada (<http://politicareformada.wordpress.com>)
Doutor em Política e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Exeter
Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lgfreire@gmail.com